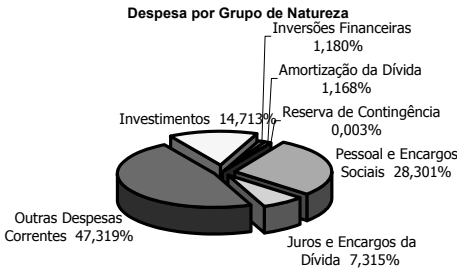


II – COMENTÁRIOS SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2009

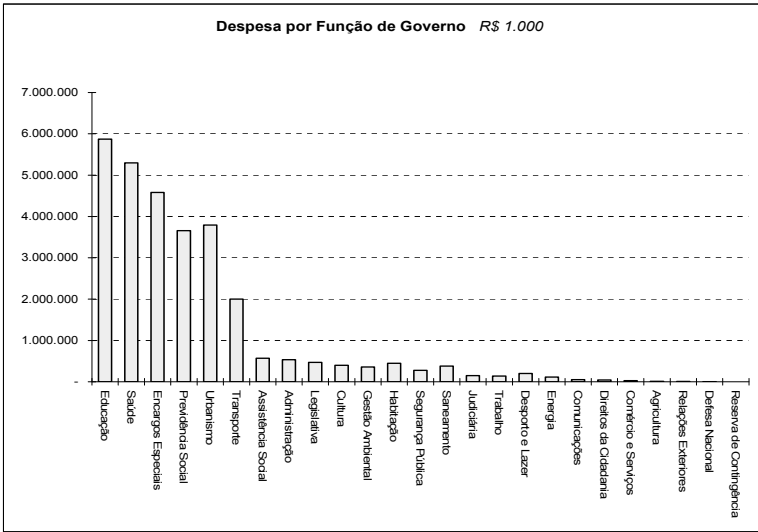
Considerações Gerais

Na Proposta Orçamentária da Cidade de São Paulo para o exercício de 2009, a despesa total do Orçamento Fiscal está sendo fixada em R\$ 29.394.457.152,00, sendo R\$ 24.378.391.684,00 como Despesa Corrente, R\$ 5.015.065.468,00 como Despesa de Capital e R\$ 1.000.000,00 a título de Reserva de Contingência.

Ilustramos, por meio dos gráficos abaixo a Despesa por Grupo de Despesa que destaca a proporção entre os recursos de custeio e os de investimentos necessários, bem como a sua respectiva composição.



Apresentamos, também gráfico ilustrando a despesa por Função de Governo, em se pode observar a distribuição dos recursos pelas diversas áreas de atividade desenvolvidas por esta municipalidade.



Aplicação Obrigatória de Recursos

• Saúde

Sendo uma das prioridades da Administração está sendo proposta a destinação de 20,30% da receita própria, ao invés de 15% mínimos obrigatórios, para os serviços e ações à saúde, que somados aos recursos advindos do Sistema único de Saúde – SUS, possibilitará a melhoria na qualidade do atendimento aos munícipes paulistanos.

• Educação

Também sendo uma das prioridades da Administração, propõe-se a destinação de 31,5% dos recursos próprios, que somados aos recursos adicionais advindos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e da Quota – Parte da Contribuição Social – Salário Educação – QESE, possibilitará a ampliação do atendimento da demanda escolar, em particular do Ensino Infantil, bem como considerando, ainda, a possibilidade de agilizar este atendimento por meio das Parcerias Público-Privadas/ Creches.

• Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT

Com a criação do fundo por meio da Lei nº 14.488, de 19 de julho de 2007 e regulamentação pelo Decreto nº 49.399, de 11 de abril de 2008, a implementação do referido fundo foi planejado na presente Proposta Orçamentária, observadas as determinações constantes no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

SITUAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA
1º SEMESTRE DE 2008

Os principais tópicos que geriram as atividades econômico-financeiras, no decorrer do 1º semestre de 2008, que contabilmente foram acompanhados e registrados de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00, estão relacionados a seguir:

1. DO ORÇAMENTO PROGRAMA

O Orçamento Público representa o plano de ação em que toda a estrutura governamental, voltada para a legalidade deste instrumento, busca executar metas e cumprir seus objetivos, assumindo multiplicidades de gestão, quer seja, pelo aspecto contábil, econômico e financeiro, quer seja, pelo aspecto jurídico, administrativo e social.

A Lei nº 14.473 de 11/07/2007 estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008, definindo as prioridades, metas e riscos iscais e demais normas específicas que nortearam a elaboração do Orçamento Municipal.

O Orçamento Fiscal, para o exercício de 2008, foi aprovado pela Lei nº 14.658, de 29 de dezembro de 2007, onde previu a receita e fixou a despesa, no montante de R\$ 25.284.792.148,00, sendo para a receita R\$ 23.493.483.114,00 para a Administração Direta e R\$ 1.791.309.034,00 para a Indireta e para a despesa R\$ 22.126.546.048,00, para a Administração Direta e R\$ 3.158.246.100,00 para a Administração Indireta.

O montante da despesa orçada, findo o primeiro semestre, sofreu alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais, por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, passando a R\$ 25.801.419.710,45.